



**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 03/2015, em que é recorrente **Maria Francisca Gomes Silva** e recorrido o **Supremo Tribunal de Justiça**.

# TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

## ACÓRDÃO N.º 22/2020

### I - Relatório

**1. Maria Francisca Gomes Silva**, com os demais sinais de identificação constantes dos Autos de Providência Cautelar Não Especificada que correu seus termos no 1.º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente e de Reclamação n.º 53/15, tramitada junto do Venerando Supremo Tribunal de Justiça, inconformada com o despacho proferido pelo então Presidente do Venerando Supremo Tribunal de Justiça que indeferiu o seu pedido de assistência judiciária na modalidade de dispensa de pagamento de preparos e custas, veio, ao abrigo do disposto no artigo 215.º, n.º 1, alínea c), conjugado com o artigo 3.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro, interpor recurso de amparo constitucional, alegando, em síntese, que:

1.1. Recorre do duto despacho do então Venerando Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o qual foi proferido na sequência do Acórdão n.º 32/2015, de 16 de fevereiro, adotado pela Seção Cível daquela Suprema Corte, que, tendo considerado que houve erro na escolha do meio impugnatório, ordenara que o processo seguisse os termos próprios, que são da reclamação, com vista à decisão do Presidente;

1.2. O recurso interposto junto do 1.º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente tinha sido remetido ao Supremo Tribunal de Justiça como se de agravo se tratasse, quando, segundo o artigo 9.º/1 do Decreto n.º 99/88, de 5 de novembro, invocada pela Seção Criminal do Supremo Tribunal de Justiça, que o tinha inadmitido, veio, posteriormente, após uma reclamação, remetê-lo como reclamação para decisão do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça.

1.3. O despacho recorrido encontra-se fundamentado nos seguintes termos:

*“Muito simplesmente a reclamante entende que as disposições conjugadas dos números 1 e 4 do art.º 22º da CRCV dispensam a prova da insuficiência de meios económicos- e, por isso, propugna a inconstitucionalidade do art.º 11, h) da lei 35/III/88, de 18 de junho.*

*É porém manifesto o infundado da sua tese:*

*(...)*

*De facto, contrariamente ao que entende a reclamante, apenas faz jus ao apoio judiciário quem esteja em situação de insuficiência económica. O apoio judiciário não é um benefício de concessão indistinta e indiferenciada. Para tanto, necessário é que o peticionante alegue e prove a insuficiência de meios económicos.*

*In casu, a reclamante alegou a insuficiência da sua pensão para custear os encargos do processo, mas recusou-se determinantemente a fazer prova desse facto - o que, aliás, se comprovava com a simples junção do recibo ou outro documento que atestasse o montante mensal percebida.*

*Sem essa prova (que a reclamante poderia facilmente oferecer e que injustificadamente não ofereceu), não poderia o tribunal a quo senão indeferir o pedido, por falta de comprovação da alegada (mas não provada) insuficiência económica.”*

1.4. Notificada desse despacho, mas não se conformando com a sua fundamentação, veio apresentar o presente recurso, alegando que a referida decisão violou o seu direito fundamental de acesso à justiça por ter inviabilizado a subida do recurso contra a sentença do juiz *a quo* que julgou improcedentes os embargos à obra nova.

1.5. Termina o seu arrazoadado formulando os seguintes pedidos:

1) *“Lavre arresto (Assento) de interpretação do art.º 11, al. h) da Lei de Acesso à Justiça que impõe à prova de insuficiência somente à nascença de uma acção judicial para efeitos de concessão aos “necessitados e desfavorecidos”, mediante o Atestado de Pobreza emitida pela autoridade administrativa competente, excepcionando-se os casos em grau recursal em que o pagamento de preparo conjuntamente com as custas deve*

*fazer-se a final da sentença, sob pena de inconstitucionalidade da norma do art.º 22/1 e 4 que assegura a todos o direito de acesso à justiça independentemente de maiores económicos;*

*2) Ordene a remessa do processo ao Procurador-Geral da República para desencadear a fiscalização sucessiva e concreta da citada norma legal, a não ser que o levantem perante si incidente da inconstitucionalidade material restrito à referida ilegitimidade constitucional, visando o seu expurgo do mundo jurídico-constitucional com as consequências da concessão de assistência judiciária pretendida a final da sentença do juiz a quo que considerou improcedentes os embargos à obra nova.*

*3) Ou que declarem ilegal o duto despacho que nega provimento à reclamação com efeitos de nulidade, ex vi do art. 25/1, al. b) da Lei do Amparo, por ter sido fundado em norma do artigo 11, al. h) do citado diploma enformada de inconstitucionalidade face ao art.º 22/1 e 4 da CR de 92 que assegurem à jurisdicionada o direito de recurso independentemente da condição económica ou por apelo (ab-rogação) ao artigo 8.º do mesmo que esta em conformidade com o referido preceito constitucional, 22/1 e 4.*

*4) Concedendo à reclamante a concessão do direito fundamental de acesso à justiça constitucionalmente reconhecido com as consequências da subida do recurso de agravo da sentença do juiz a quo que julgou improcedentes os embargos à obra nova interposta pela reclamante.*

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12.º da Lei do Amparo, foram os autos com vista ao Ministério Público para emitir o parecer sobre a admissibilidade do recurso. Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da República emitiu o duto parecer constante de fls. 24 a 30 dos presentes autos, tendo formulado as seguintes considerações e conclusões:

*“(…), para o que ora nos interessa, a garantia de acesso à justiça assegura, por um lado o acesso ao direito e aos tribunais para a defesa dos direitos e interesses que a lei estabelece e, por outro lado, o direito ao recurso, nos caso e termos previstos pela lei.*

*O direito de acesso à justiça, não estabelece a gratuidade impondo apenas a não discriminação das pessoas economicamente carenciados, admitindo todavia que sejam*

*estabelecidos determinados ónus a quem dela precisa, designadamente de ter de provar a insuficiência de meios económicos a que alega.*

*A configuração que resulta do texto constitucional, não significa nem pode significar que se pode aceder à justiça, designadamente pela via do recurso, alegando carência de meios económicos, todavia recusando fazer prova dessa insuficiência.*

*Não é lícito invocar-se essa garantia constitucional para se tentar o recurso invocando, sem, todavia demonstrar, nos termos legalmente exigidos, a carência de condições para pagar o preparo e as custas do processo, mesmo depois de se ter concedido prazo para esse efeito.*

*No caso in judicio o recorrente usufruiu do direito de submeter a sua causa a um juiz em primeira instância e dele obteve a decisão jurisdicional. Teve ainda o direito de interpor recurso, que entretanto não foi admitido. Recorreu dessa decisão, e mesmo ocorrendo erro na escolha do meio impugnatório, ordenou-se que o processo seguisse os termos próprio e, o recurso foi conhecido e decidido. Essa decisão, por força do art.º 10.º do Decreto n.º 99/88, de 5 de Novembro é insusceptível de recurso.*

*Perante este quadro parece manifesto que em nenhum momento se pôs em causa o direito de o recorrente aceder aos tribunais.*

*Por outro lado, conforme estabelece o art.º 2.º n.º 2 da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de Outubro não pode ser objecto de amparo constitucional “a declaração de inconstitucionalidade” da norma do art.º 11.º al. h) da lei n.º 35/III/88, de 18 de Junho, como pretende o recorrente. E mesmo que fosse possível, o que não é o caso, como se disse, essa norma não padece da inconstitucionalidade alegada pelo recorrente.*

*E sendo manifesto que não houve qualquer violação desse direito fundamental a pretensão de amparo apresentada pelo recorrente manifestamente não pode proceder.*

*(...)*

*Pelo exposto somos de parecer que o presente recurso não deve ser admitido.”*

3. É, pois, chegado o momento de apreciar e decidir da admissibilidade do recurso nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro (doravante Lei do Amparo).

## **II – Fundamentação**

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Constituição da República de Cabo Verde, sob a epígrafe tutela dos direitos, liberdades e garantias:

*“A todos os indivíduos é reconhecido o direito de requerer ao Tribunal Constitucional, através de recurso de amparo, a tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais, constitucionalmente reconhecidos, nos termos da lei e com observância do disposto nas alíneas seguintes:*

*a) O recurso de amparo pode ser interposto contra actos ou omissões dos poderes públicos lesivos dos direitos, liberdades e garantias fundamentais, depois de esgotadas todas as vias de recurso ordinário;*

*b) O recurso de amparo pode ser requerido em simples petição, tem carácter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade.”*

A garantia constitucional do recurso de amparo constitui uma das inovações que a Constituição cabo-verdiana de 1992 trouxe para a ordem jurídica nacional. Trata-se, por conseguinte, de um dos meios privilegiados de acesso dos particulares ao Tribunal Constitucional para a defesa dos direitos, liberdades e garantias constitucionalmente reconhecidos como objeto de amparo.

Acompanha-se a análise de Manuel Carrasco Durán, citado por Catarina Santos Botelho na obra intitulada a Tutela Direta dos Direitos Fundamentais, Avanços e Recuos na Dinâmica Garantística das Justiças Constitucional, Administrativa e Internacional, Almedina, 2010, p. 217, quando diz que o recurso de amparo apresenta-se como um instrumento jurisdicional vocacionado para a proteção de determinados direitos fundamentais, cujo conhecimento se atribui ao Tribunal Constitucional, e que se caracteriza pelos princípios da subsidiariedade e excecionalidade.

O caráter subsidiário do recurso de amparo resulta da Constituição e da configuração da Lei do Amparo, ao estabelecerem o esgotamento prévio das vias de recurso ordinário como um dos pressupostos do recurso de amparo.

O recurso de amparo está destinado unicamente à proteção de direitos fundamentais, pelo que está vedado ao Tribunal Constitucional conhecer de questões de legalidade ordinária conexas, como se depreende do teor literal do n.º 3 do art.º 2.º da Lei do Amparo.

Pois, no recurso de amparo não pode ser feito valer outra pretensão que não seja a de restabelecer ou de preservar os direitos, liberdades e garantias constitucionais referidos nos artigos anteriores.

A natureza excecional do recurso de amparo implica que a violação do direito ou liberdade fundamental não tenha encontrado reparação através do sistema de garantias normais, exigindo-se, por isso, que haja recurso prévio aos tribunais ordinários e o esgotamento dos recursos adequados.

Por conseguinte, associada à excecionalidade está a denominada subsidiariedade do recurso de amparo, que espelha com clareza o facto de este não ser uma via alternativa, mas uma via sucessiva, de proteção de direitos fundamentais.

Antes de identificar e analisar os pressupostos e os requisitos do recurso de amparo e aferir se no caso vertente se verificam, importa consignar que o seu objeto não se identifica com qualquer ato de natureza legislativa ou normativa, como resulta expressamente do n.º 2 do artigo 2.º da Lei do Amparo.

2. Tratando-se de um recurso de amparo contra uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça, importa verificar se existe alguma razão que possa impedir a sua admissão, atento o disposto no artigo 16.º da Lei do Amparo.

O recurso não será admitido quando:

*a) Tenha sido interposto fora do prazo;*

De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei do Amparo, o recurso não será admitido quando tenha sido interposto fora do prazo; e, nos termos do n.º 1 do

artigo 5º da Lei do Amparo, “o recurso de amparo é interposto no prazo de vinte dias contados da data da notificação da decisão, sempre que a questão seja suscitada em processo que corre termos nos tribunais.”

Tendo a recorrente sido notificada do despacho do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, que negou provimento à sua reclamação, a 20 de maio de 2015; e a petição sido apresentada na Secretaria do Tribunal Constitucional, a 4 de junho de 2015, considera-se o recurso tempestivamente interposto, atento o disposto no n.º 2 do artigo 3.º, no n.º do artigo 5.º da Lei do Amparo, conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 137.º do CPC aplicável com as necessárias adaptações *ex vi* do artigo 1.º da Lei do Amparo.

*b) A petição não obedeça aos requisitos estabelecidos nos artigos 7.º e 8.º;*

i. Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 7.º da Lei do Amparo:

*“1. O recurso é interposto por meio de simples requerimento, devidamente fundamentado, apresentado na secretaria do Supremo Tribunal de Justiça.*

*2. No requerimento o recorrente deverá indicar expressamente que o recurso tem a natureza de amparo constitucional.”*

Resulta da petição de recurso que a recorrente apresentou o seu requerimento na secretaria do Tribunal Constitucional e indicou de forma expressa que se trata de “*Recurso de Amparo Constitucional*”.

Consideram-se, pois, preenchidos os requisitos previstos no artigo 7.º supracitado.

ii. São requisitos da fundamentação vertidos no n.º 1 do artigo 8.º da Lei do Amparo:

*“a) Identificar a entidade, o funcionário ou agente autor do acto ou da omissão referidos no nº 1 do artigo 2.º e artigo 3º, bem como os interessados a quem o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;*

*b) Indicar com precisão o acto, facto ou a omissão que, na opinião do recorrente, violou os seus direitos, liberdades ou garantias fundamentais;*

*c) Indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais que julga terem sido violados, com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados;*

*d) Expor resumidamente as razões de facto que fundamentam a petição;*

*e) Formular conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição;*

*2. A petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se identificará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos ou garantias fundamentais violados. “*

A petição de recurso indica o então Presidente do Supremo Tribunal de Justiça como entidade que violou o seu direito fundamental de acesso à justiça ao ter adotado a conduta que se traduziu no improvimento do seu agravo que, entretanto, foi convertido em reclamação.

Para confirmar que o presente recurso vem interposto apenas contra a conduta adotada pelo então Presidente do Supremo Tribunal de Justiça através do despacho impugnado, transcreve-se os seguintes trechos da petição de recurso: *“a recorrente recorre do douto despacho do Presidente do STJ, Dr. Arlindo Medina (enquanto entidade coactora) que nega provimento à reclamação em consequência do envio do recurso de agravo como reclamação pela Secção Cível do STJ...,”* ao considerar que o direito de acesso à justiça não dispensa um recorrente de fazer prova de sua insuficiência económica junto aos tribunais em que peticiona.

Ao formular os pedidos, solicitou ao Tribunal que *“declare ilegal o douto despacho que nega provimento à reclamação com os efeitos de nulidade, ex vi do artigo 25/1, al. B) da lei do Amparo, por ter sido fundado em norma do artigo 11, al. h) do citado diploma enformadora de inconstitucionalidade face ao art.º 22/1 e 4 da CR de 92 que asseguram à jurisdicionada o direito de recurso independentemente da condição económica...”*

Indicou o direito de acesso à justiça e a norma dos n.ºs 1 e 4 do artigo 22.º da Constituição, embora, em rigor, o que está em causa é o direito ao recurso e o direito a não ser denegada



a justiça por alegada insuficiência de meios económicos. O Tribunal pode, oficiosamente, adequar os parâmetros de escrutínios das condutas, tendo em conta o disposto no n.º 1 do artigo 24.º da Lei do Amparo, segundo o qual “*O Tribunal pode decidir com fundamento diverso do invocado pelo recorrente e outorgar amparo distinto daquele que foi requerido.*”

A fundamentação do presente recurso apresenta-se relativamente extensa, apesar da exigência legal no sentido de se resumir as razões de facto e de direito que sustentam a petição.

No que diz respeito à exigência constante da alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei do Amparo, apesar da extensão das conclusões e de alguma imprecisão, considera-se que, materialmente, a recorrente apresentou conclusões, apesar de as não ter resumido por artigos.

Importa lembrar que nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Lei do Amparo: “*A petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias fundamentais.*”

Dos quatro pedidos apresentados pela recorrente, o primeiro, claramente, não poderá ser apreciado, por manifesta falta de base constitucional e legal para dele se conhecer no âmbito do recurso de amparo; o segundo refere-se a um procedimento que o Tribunal poderá adotar em função da decisão que venha a proferir sobre o mérito do recurso; o terceiro e o quarto poderão ser adotados como medidas se julgadas adequadas para restabelecer e garantir à recorrente o pleno exercício do direito alegadamente violado.

Os requisitos previstos pelo artigo 8.º da Lei do Amparo têm sido avaliados sempre de forma compatível com o direito fundamental ao amparo e o Tribunal tem afirmado que mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer. Nestes termos, considera-se que a fundamentação deste recuso respeita, substancialmente, os requisitos legais.

c) *O requerente não tiver legitimidade para recorrer*

Adotando o conceito de legitimidade ativa recortado pelo n.º 1 do artigo 25.º do Código de Processo Civil conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Lei de Amparo, segundo o qual “*tem legitimidade quem tiver interesse directo em demandar,*” não se pode negar à recorrente a legitimidade para interpor recurso de amparo contra uma decisão que alegadamente violou o seu direito ao recurso e de não lhe ser negada a justiça por insuficiência de meios económicos.

d) *Não tiverem sido esgotadas, ainda, todas as vias de recurso*

Conforme jurisprudência firme desta Corte, a exigência de esgotamento de todos os meios legais de defesa dos direitos, liberdades e garantias e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo decorre da natureza excecional e subsidiária desse meio especial de proteção de direitos fundamentais amparáveis.

Por isso, o recorrente tem o ónus de demonstrar que a violação dos seus direitos fundamentais amparáveis não encontrou reparação no sistema de garantias ordinárias, como, aliás, resulta claramente do disposto no artigo 6.º da Lei do Amparo:

*“O recurso de amparo só poderá ser interposto depois de terem sido esgotados todos os meios legais de defesa dos direitos, liberdades e garantias e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo.”*

Esta Corte Constitucional, através do Acórdão n.º 11/2017, de 22 de junho, publicado na I Série-n.º 42, do Boletim Oficial, de 21 de julho de 2017, considerou que o disposto na alínea c) do artigo 3.º da Lei do Amparo, deve ser apreciado e integrado no juízo de admissibilidade a ser feito em relação a cada recurso de amparo, designadamente para se preservar a subsidiariedade desse tipo de queixa constitucional, mas a abordagem a ser adotada deve ser temperada no sentido de garantir o acesso à justiça constitucional aos titulares de direitos, liberdades e garantias e, em simultâneo, salvaguardar o papel da jurisdição ordinária na preservação das posições jurídicas individuais fundamentais protegidas pela Constituição.

A partir desse Acórdão, o Tribunal Constitucional tem vindo a escrutinar especificadamente o disposto na alínea c) do artigo 3.º da Lei do Amparo, enquanto pressuposto de admissibilidade associado ao esgotamento das vias de recurso ordinário,

sendo disso exemplo o Acórdão n.º 13/2017, de 20 de julho, publicado na I Série, n.º 47, do Boletim Oficial de 8 de agosto de 2017, no âmbito do qual se firmou o entendimento de que sempre que possível é de se exigir que o recorrente demonstre ter invocado perante a instância recorrida a violação do direito alegadamente violado em termos perceptíveis, que tenha requerido a sua reparação e que a violação não tenha sido reparada.

Compulsados os Autos de Providência Cautelar Não Especificada que correu seus termos no 1.º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente e de Reclamação n.º 53/15 tramitada junto do Venerando Supremo Tribunal de Justiça, verifica-se que a ora recorrente invocou expressamente a garantia de acesso ao direito prevista nos termos do artigo 22.º, n.ºs 1 e 4 da Constituição e a inconstitucionalidade superveniente da norma do artigo 11.º, al. h) da Lei 35/III/88, de 18 de junho, alegando que a interpretação com base na qual se aplicou essa norma e que foi determinante para recusa da sua pretensão, viola o seu direito de acesso à justiça, porquanto, uma interpretação conforme impõe um sentido que permite que se conceda o apoio solicitado, ou seja, deferimento do pagamento das custas para depois da decisão.

Resulta claramente do pedido formulado no âmbito do recurso de agravo, convertido em reclamação, junto do Supremo Tribunal, que a impetrante pediu a reparação da alegada violação desse direito, tendo o pedido sido indeferido por despacho do Presidente Supremo Tribunal de Justiça, decisão insuscetível de recurso ordinário.

Conclui-se, pois, que se verifica o esgotamento de todos os meios legais de defesa dos direitos, liberdades e garantias e todas as vias de recurso ordinário estabelecidos pela respetiva lei do processo, atento o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º e no artigo 6.º da Lei do Amparo

*e) Manifestamente não estiver em causa a violação de direitos, liberdades e garantias fundamentais, constitucionalmente reconhecidos como suscetíveis de amparo;*

A causa da inadmissibilidade do recurso prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei do Amparo, ao utilizar o advérbio manifestamente, exige que se tenha certeza quanto à inexistência da fundamentalidade do direito alegadamente violado, ou ausência de

conexão entre esse direito e os factos concretos alegados no recurso ou ainda a certeza quanto à inviabilidade de concessão do amparo.

A recorrente alega que foi violado o seu direito de acesso à justiça previsto no artigo 22.º, n.ºs 1 e 4, da Constituição.

A fundamentalidade desse direito já foi reconhecida por vários arestos desta Corte, designadamente o Acórdão n.º 6/2017, de 21 de abril, publicado na I Série do Boletim Oficial, n.º 27, de 16 de maio de 2017, e o Acórdão 12/2018, de 7 de junho, publicado na I Série do Boletim Oficial, n.º 49, de 20 de julho de 2018.

O direito de acesso à justiça mediante processo justo e equitativo vem consagrado no título I referente aos princípios gerais do sistema cabo-verdiano de direitos fundamentais. Não obstante esta inserção sistemática, justificada pelo facto de o direito de acesso à justiça comportar natureza híbrida de princípio e conter várias posições jurídicas subjetivas processuais, o direito do acesso à justiça, na sua dimensão de direito de ação judicial e de tutela jurisdicional efetiva, é um direito, liberdade e garantia, na medida em que é essencial ao ser humano ter mecanismos de defesa dos seus próprios direitos básicos, sendo esta uma das principais características do sistema cabo-verdiano de direitos fundamentais, conforme este Tribunal já havia considerado no Acórdão n.º 6/2017, de 21 de abril.

Em relação à ausência de conexão entre esse direito e os factos concretos alegados no recurso, não se pode afirmar, com grau de certeza que se exige para a formação da convicção do Tribunal que manifestamente não haja conexão entre os factos alegados e o direito fundamental que o recorrente apresenta como tendo sido violado.

Tendo em conta que o presente recurso de amparo foi apresentado no âmbito do pedido de assistência judiciária com impacto inequívoco no processo principal cujo recurso está pendente ou a subida ficou condicionada pela decisão em apreço, não se pode negar que existe uma forte conexão entre os factos invocados nesses autos e o direito que está em causa.

Quanto à certeza de que o amparo requerido é manifestamente inviável, não é possível afirmá-lo sem se passar para a fase seguinte em que se vai apreciar o mérito do recurso, depois de uma análise exaustiva dos factos e do direito fundamental invocado.

*f) O Tribunal tiver rejeitado, por decisão transitada em julgado, um recurso com objeto substancialmente idêntico.*

O Tribunal Constitucional nunca rejeitou, por decisão transitada em julgado, um recurso com objeto substancialmente idêntico ao dos presentes autos.

3. Não se verificando nenhuma causa de inadmissibilidade do recurso, nada obsta que o mesmo seja admitido.

### **III - Decisão**

Os Juízes Conselheiros, do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, decidem admitir o presente recurso relativo à alegada violação do direito ao recurso e o direito de não ser denegada a justiça por insuficiência de meios económicos pela adoção da conduta identificada.

Registe, notifique e publique.

Praia, 18 de junho de 2020

*João Pinto Semedo* (Relator)

*Aristides R. Lima*

*José Pina Delgado*

**ESTÁ CONFORME**

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 03 de julho de 2020.

O Secretário,

*João Borges*